Mario Pani e o Desenvolvimento da Habitação Social no México: Uma Análise da Modernidade Arquitetônica

Palavras-Chave: Arquitetura moderna mexicana, Habitação popular, Mario Pani, Regionalismo crítico

Autores(as):

LEONARDO DENY PECHT, FECFAU – UNICAMP

Profª. Drª. DINALVA DERENZO ROLDAN (orientadora), IFCH - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A pesquisa propõe uma análise crítica da modernidade arquitetônica no México dos anos 1940 a partir da atuação de Mario Pani (1911-1993), arquiteto central na formulação e da materialização de políticas urbanas e habitacionais diante de um contexto marcado por acelerada urbanização, necessidade de infraestrutura, déficit habitacional e transformações sociais. O estudo parte da compreensão de que o modernismo, ao ser incorporado no México, não se deu como mera transposição de modelos europeus, mas como um processo de adaptação às especificidades políticas, territoriais e culturais do país. É nesse cenário de transformações urbanas e políticas que a arquitetura moderna se apresentou como uma ferramenta estratégica para a construção dessas novas políticas urbanas, possibilitando integrar racionalidade construtiva, função, engajamento social e conforto para o usuário. Nesse sentido, a investigação se ancora nos debates que envolveram a arquitetura moderna, buscando compreender como seus princípios foram interpretados e apropriados dentro de uma realidade latino-americana, marcada por forte herança colonial e desigualdade social.

Neste contexto, Mario Pani adota e adapta os ideais modernos em projetos como os conjuntos urbanos Presidente Alemán (1947–1949) e Presidente Juárez (1952), buscando articular densidade, infraestrutura urbanas e qualidade de vida. Mais do que uma adesão estilística ao moderno, os projetos do arquiteto revelam uma tentativa de criar uma síntese entre vanguarda internacional e práticas urbanas mexicanas, contribuindo para um moderno sensível às demandas da América Latina. A pesquisa então examina como tais conjuntos, concebidos a partir de premissas modernistas como quadra aberta, integração entre habitação e serviços, e inovações formais, dialogam com as necessidades e discussões do país ao propor soluções de habitação multifamiliar, maior densidade da ocupação do solo urbano e ordenamento do crescimento das cidades.

METODOLOGIA:

A pesquisa adota uma abordagem estruturada em três eixos principais: levantamento bibliográfico, análise de fontes primárias e estudo de caso de projetos arquitetônicos. Inicialmente, foi realizado levantamento bibliográfico com foco em obras teóricas sobre a história da arquitetura moderna na América Latina, o desenvolvimento urbano mexicano no pós-revolução, a produção de Mario Pani e os debates entre modernismo e regionalismo crítico. A leitura desses textos e o posterior fichamento, realizados durante todo o período da pesquisa, ofereceram a base conceitual para compreender o contexto histórico, político e cultural em que os projetos habitacionais analisados foram desenvolvidos.

Paralelamente ao levantamento bibliográfico, a pesquisa incorporou o estudo da revista *Arquitectura Mexico*, dirigida por Mario Pani entre 1938 e 1978, como fonte primária para acessar discursos, projetos e debates arquitetônicos com recorte para o período de 1945 a 1959. A revista, por reunir grande parte das ideias de Pani, constitui-se como uma fonte para analisar a produção intelectual do arquiteto, assim como o debate arquitetônico e urbanístico do meio profissional. Sua análise foi sistematizada por meio da tabulação dos artigos, organizados por edição, data, autor, conteúdo e temática, o que permitiu uma visão panorâmica das publicações

e facilitou a identificação de textos relevantes para o escopo da investigação. O foco principal recaiu sobre os textos publicados entre 1945 e 1959, período que coincide com a construção e consolidação dos conjuntos habitacionais Presidente Alemán (1947) e Presidente Juárez (1952), bem como com os debates mais intensos sobre habitação, arquitetura moderna e sua aplicação como solução aos problemas urbanos da Cidade do México.

Por fim, a metodologia inclui a análise gráfica dos projetos arquitetônicos dos conjuntos habitacionais Presidente Alemán e Presidente Juárez, por meio de levantamento de peças gráficas do projeto - implantações, plantas das unidades habitacionais, cortes e fotos do período -, leitura crítica dos projetos, produção de diagramas e comparação entre as soluções adotadas, considerando aspectos espaciais, programáticos e urbanos. Essa triangulação metodológica busca não apenas descrever os projetos, mas interpretá-los à luz das problemáticas sociais e dos marcos teóricos que atravessam a pesquisa.

OS CONJUNTOS HABITACIONAIS E A ARQUITETURA MODERNA NO MÉXICO

No início do século XX, o México vivia os desdobramentos políticos e sociais da Revolução de 1910, marcados por um intenso processo de redefinição nacional, industrialização e tentativa de modernização urbana. A arquitetura moderna foi se desenvolvendo no país nas décadas de 1920 e 1930 e, tendo como referência o movimento europeu, buscava métodos de reconstrução e desenvolvimento do país, especialmente em áreas como educação, infraestrutura e habitação. Profissionais como Juan O'Gorman, e Juan Legarreta, foram fundamentais nesse processo. Eles começaram a integrar conceitos de funcionalismo e racionalismo à arquitetura mexicana, propondo construções simples e práticas, com ênfase na racionalização dos processos produtivos, no uso de novos materiais como concreto e aço, ligados ao desenvolvimento industrial e às novas tecnologias. O uso de novas tipologias arquitetônicas, com diferentes técnicas, programas e usos representava, então, um meio para atuar sobre os problemas sociais como a crise habitacional e a demanda por educação para amplos setores da sociedade (Fraser, 2000).

Paralelamente, essa primeira fase do modernismo no México dialogava com outras expressões culturais comprometidas com a construção de uma identidade nacional, como o muralismo, movimento artístico que teve apoio do Estado e foi protagonizado por nomes como Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco. O muralismo mexicano se desenvolve dentro desse cenário como uma busca por uma arte que expressasse as lutas e as necessidades do povo mexicano. O movimento se consolidou com o apoio do governo de Álvaro Obregón (1920-1924), que, ao assumir a presidência, incentivou o uso das artes como ferramenta de propaganda para consolidar a Revolução e promover uma nova identidade nacional (Bullrich, 1969). A ideia era que a arte, especialmente a pintura mural, fosse integrada a espaços públicos e passasse a mensagem de uma nova ordem social. Essa integração plástica entre artes visuais e arquitetura, estão presentes em grande número de projetos que tiveram a participação de Mario Pani, desde a Universidade Nacional Autônoma do México, que teve o planejamento do campus realizado pelo arquiteto, até o Conjunto Urbano Presidente Juárez.

Dentro deste contexto, entre os anos 1930 e 1950, o desenvolvimento do movimento modernista no território mexicano é de intensa experimentação para os arquitetos locais. A realização das transformações em um momento de intensa convulsão política resultou em um modernismo que diferia de sua origem europeia para buscar formas mais adequadas às necessidades sociais e realidade cultural mexicanas. Adrián Gorelik (2005) aponta que a vanguarda no país estava profundamente imersa em sua própria história e experiências, o que fez com que desenvolvesse um modernismo peculiar, adaptando-se às práticas e contextos locais, especialmente durante e logo após a era cardenista (1934-1940), momento de alto investimento em reformas sociais e infraestrutura.

É justamente nesse contexto de investimentos em infraestrutura e materialização de novas políticas sociais que são desenvolvidas as soluções mais pertinentes relacionadas à crise da habitação no México. Com o governo de Manuel Ávila Camacho (1940–1946) e as circunstâncias favoráveis da Segunda Guerra Mundial, o México passou por um período de acelerada industrialização e urbanização, ao passo que tentava consolidar as reformas agrárias iniciadas no governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) (Nascimento, 2009). Esse crescimento desenfreado, no entanto, acentuou problemas urbanos como o déficit de moradias, a precariedade da infraestrutura e a especulação fundiária. Segundo Mario Pani (1957), ao contrário da Europa do pós-guerra, o problema habitacional no México não derivava da destruição bélica, mas sim da deficiência histórica de políticas públicas eficazes e de um projeto urbano adequado. Diante desse quadro, arquitetos e intelectuais passaram a

propor alternativas ao crescimento desenfreado e falta de infraestrutura urbana. Textos de Pani e outros profissionais expressam a visão de que a moradia deveria ser tratada como um direito fundamental e instrumento norteador do planejamento das cidades.

Foi somente durante o governo de Miguel Alemán (1946-1952) que foi possível a aplicação dos recursos para a materialização de políticas habitacionais em maior escala. A alta demanda internacional por matérias-primas no pós-guerra fortaleceu a economia nacional e permitiu ao Estado financiar grandes obras públicas (Nascimento, 2009). Os arquitetos, nessa conjuntura, em especial Mario Pani, propuseram a tipologia de habitação multifamiliar verticalizada: os conjuntos urbanos. Projetos como o Conjunto Urbano Presidente Alemán (CUPA) e o Conjunto Presidente Juárez (CUPJ) foram concebidos como respostas inovadoras, incorporando princípios do urbanismo moderno, numa tentativa de romper com o modelo horizontal, disperso e pouco eficiente herdado do período colonial (Pani, 1957).

Ambos os projetos evidenciam a busca por um modelo de urbanismo que integrasse habitação, serviços e espaços públicos de forma funcional e articulada. O Conjunto Urbano Presidente Alemán, em específico, funcionou como um laboratório de ideias para a execução desse modo de ocupação e o primeiro a demonstrar a viabilidade de uma vida comunitária e planejada. Diante disso, o título “conjunto urbano” não é em vão: Projetos como o CUPA deixam de ser apenas multifamiliares, ao trazerem a complexidade de uma célula urbana, com a implantação de diversos ambientes abertos de interação e serviços (escola, áreas de esportes, centro administrativo) em grandes quadras livres (Chacón, 1959).

O adensamento foi um partido utilizado para tal. Essa foi a forma de oferecer variedade de serviços públicos ao passo de permitir a execução de grande número de unidades habitacionais. A quebra com a estrutura convencional de quadras fechadas e alinhadas à rua e lote também foi um elemento-chave. A liberdade no desenho urbano possibilitou a disposição dos edifícios de forma estratégica, criando espaços abertos, áreas verdes e melhorando o desempenho climático das habitações. Além disso, a quadra livre permitiu essa integração de habitação e equipamentos coletivos em um único conjunto, reforçando a ideia de uma unidade urbana autossuficiente e promovendo maior qualidade de vida. Em adição, a linguagem moderna foi o que permitiu a materialização dos projetos do Conjunto Presidente Alemán e Presidente Juárez. O uso dos materiais industriais e técnicas mais avançadas de construção civil deram viabilidade para os edifícios verticalizados. A eliminação de ornamentações, combinada com a honestidade nos materiais (concreto e os tijolos cerâmicos aparentes) favoreceu a produção em grande escala, com redução nos custos.

ANÁLISE DOS CONJUNTOS:

A análise de peças gráficas selecionadas permite observar como as estratégias de projeto foram aplicadas e evoluíram entre as duas experiências. A seguir, compara-se o Conjunto Urbano Presidente Alemán (CUPA) e o Conjunto Urbano Presidente Juárez (CUPJ) à luz de suas formas de ocupação e soluções projetuais.

A proposta de Mario Pani para o Centro Urbano Presidente Juárez buscava criar uma célula urbana que atendesse não apenas aos moradores, mas também à comunidade do entorno (PANI, 1952). Essa intenção se expressa tanto no programa de usos quanto nos modelos de circulação adotados. O CUPJ, por sua maior escala e melhor inserção territorial, estabelece uma forte integração com o tecido urbano pré-existente e se mostra acessível e convidativo para a comunidade do entorno. Trata-se de um projeto voltado para fora, aberto à cidade e integrado ao bairro, com serviços e espaços públicos compartilhados. Em contraste, o Centro Urbano Presidente Alemán (CUPA) apresenta uma configuração mais introspectiva, determinada por um terreno mais limitado e já consolidado. A implantação resultou em menor quantidade de áreas livres e numa organização interna mais rígida. Os edifícios dispostos em diagonal no centro do lote funcionam como barreiras visuais e espaciais, ainda que contem com térreo livre para circulação. Como o projeto não visava, na época, servir à comunidade externa, seu desenho privilegia uma vivência mais restrita, voltada ao interior do conjunto.

A análise das plantas evidencia um processo de amadurecimento conceitual entre os dois projetos. O CUPA, como primeira tentativa de aplicação da tipologia moderna em larga escala, serviu como campo de testes. Já o CUPJ retoma os elementos bem-sucedidos dessa experiência e os desenvolve de forma mais ousada, ampliando a diversidade tipológica das habitações, qualificando os serviços ofertados e se articulando de maneira mais fluida com o sistema viário e as preexistências urbanas.

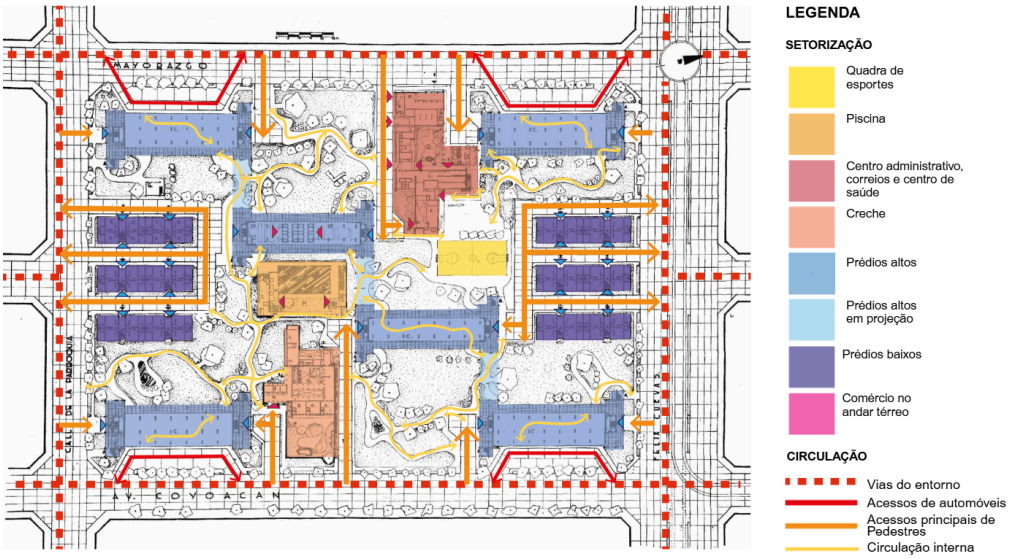

DIAGRAMA DE SETORIZAÇÃO E CIRCULAÇÃO (PLANTA DO TÉRREO) - CONJUNTO URBANO PRESIDENTE ALEMÁN

Imagem 1- Diagrama de circulação e setorização CUPA. **Fonte:** Adaptado de Revista *Arquitectura México* N° 30, 1950

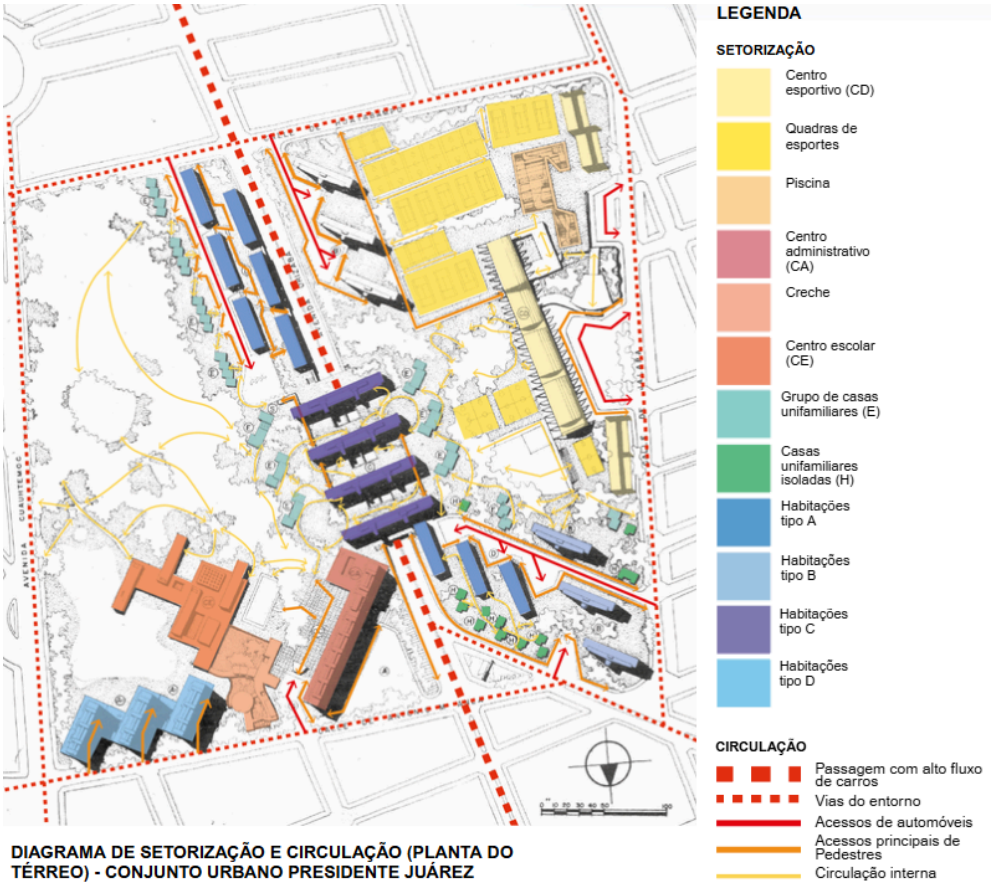

DIAGRAMA DE SETORIZAÇÃO E CIRCULAÇÃO (PLANTA DO TÉRREO) - CONJUNTO URBANO PRESIDENTE JUÁREZ

Imagem 2- Diagrama de circulação e setorização CUPJ. **Fonte:** Adaptado de Revista *Arquitectura México* N° 40, 1952

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A adoção da arquitetura moderna no México nas décadas de 1920 e 1930 esteve fortemente vinculada ao projeto de construção de uma nova identidade nacional no período pós-revolucionário. Arquitetos e intelectuais do período viam no modernismo uma linguagem capaz de romper com o passado colonial e acadêmico, promovendo uma arquitetura funcional, racional e voltada às necessidades sociais, especialmente em setores como habitação popular e educação. A partir dos anos 1960, parte do modernismo sofre duras críticas, principalmente àquela ligada ao Estilo Internacional. Aquilo que foi usado como um instrumento de transformação social passou a ser visto, em muitos casos, como uma prática genérica e descolada das realidades locais. Tal crítica, associada à homogeneização formal, à indiferença ao clima e à cultura, surge como resposta ao

esvaziamento do conteúdo crítico e contextual que marcava o moderno internacional em sua origem. Abarcando essas críticas, nos anos 1980 se desenvolve a formulação do conceito de regionalismo crítico, introduzido por Alexander Tzonis e Liane Lefaivre em 1981. É a partir de tais compreensões que se propõe uma análise da obra de Mario Pani no México dos anos 1940 e 1950.

O pensamento de Tzonis e Lefaivre em "Por que regionalismo crítico hoje?" (1981) oferece uma base conceitual importante para compreender a produção arquitetônica do arquiteto no contexto em questão. Para os autores, o regionalismo crítico se desenvolve como uma resposta à homogeneização cultural provocada pela globalização, defendendo uma prática arquitetônica que recupere os valores de identidade, lugar e contexto, sem recorrer ao "revivalismo vernacular" ou ao "nacionalismo romântico". Eles argumentam que essa abordagem não se relaciona, somente, ou especificamente a questões estéticas, estilísticas, programáticas, mas sim à oposição "aos subprodutos contingentes indesejáveis das tendências internacionais, gerados pelos interesses privados [...]" (Tzonis; Lefaivre, 1981), representados, neste caso, pela urbanização caótica, desigualdade socioespacial, perda de identidade urbana e apropriação do moderno pelo capital.

Ao invés de negar o moderno, o regionalismo crítico propõe uma adaptação crítica, na qual os elementos universais do projeto são reinterpretados a partir das especificidades socioculturais e geográficas de cada território. Essa concepção encontra paralelo na atuação de Mario Pani, cuja arquitetura foi articulada em diálogo com a realidade urbana mexicana. Projetos como os conjuntos Presidente Alemán e Presidente Juárez exemplificam uma aplicação contextualizada dos princípios modernos, como a verticalização, as quadras abertas e a integração de usos, em resposta às demandas locais. Nesse sentido, a obra de Pani pode ser entendida como uma "tradução cultural" da linguagem moderna, nos termos de Tzonis e Lefaivre, adaptada ao contexto latino-americano.

Essa leitura também se aproxima da formulação de Kenneth Frampton em "Perspectivas para o regionalismo crítico" (1983), que aprofunda a discussão ao incorporar conceitos fenomenológicos, sobretudo da filosofia de Martin Heidegger. Frampton distingue "espaço" como uma condição abstrata e indiferenciada, típica da urbanização modernista global, e "lugar" como um espaço qualificado pela experiência humana, pela memória e pela materialidade. Para ele, a tarefa da arquitetura crítica é transformar o espaço em lugar, promovendo uma relação concreta entre corpo, tempo, clima, técnica e território (Frampton, 1983). Os projetos de Mario Pani, ao integrar habitação, serviços públicos, escolas, comércio e espaços coletivos em um mesmo conjunto, evidenciam o esforço de criar lugares habitáveis, sensíveis ao cotidiano das pessoas e à vida coletiva urbana. Analisa-se, ainda, que essa percepção pode ser aprofundada com a leitura da revista *Arquitectura Mexico*, dirigida por Pani, ao discutir o crescimento desordenado da cidade e propor uma arquitetura socialmente comprometida e situada.

BIBLIOGRAFIA

BULLRICH, Francisco. **Arquitectura Latinoamericana, 1930- 1970**. Buenos Aires: Sulamericana, 1969.

CHACÓN, Manuel. **El arquitecto**. *Arquitectura México*, México, n. 67, p. 124–144, 1959.

FRASER, Valerie. **Building the New World: studies in the Modern Architecture of Latin America 1930-1960**. New York: Verso, 2000.

FRAMPTON, Kenneth. **Perspectivas para um regionalismo crítico**. In: NESBIT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965–1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 501–517.

GORELIK, Adrián. **Das vanguardas à Brasília: ensaios sobre o modernismo latino-americano**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NASCIMENTO, Flávia Brito. **Habitação social no México: política e arquitetura no século XX**. In: DOCOMOMO Brasil, 8., 2009, Rio de Janeiro, Anais eletrônico, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/84/84-729-1-SP.pdf

NASCIMENTO, Flávia Brito. **Reidy e Pani: habitação popular e arquitetura moderna latinoamericana**. In: ENANPARQ, 2010, Rio de Janeiro, Anais eletrônicos, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://docomomobrasil.com/course/8-seminario-docomomo-brasil-rio-de-janeiro/

PANI, Mario. **Centro Urbano Presidente Alemán**. *Arquitectura México*, México, n. 30, p. 263–275, 1950.

PANI, Mario; ORTEGA FLORES, Salvador. **El Centro Urbano "Presidente Juárez"**. *Arquitectura México*, México, n. 40, p. 375–394, 1952.

PANI, Mario. **México. Un problema. Una solución**. *Arquitectura México*, México, n. 60, p. 198–225, 1957.

TZONIS, Alexander; LEFAIVRE, Liane. **Por que regionalismo crítico hoje?** In: NESBIT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965–1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 485–500.